

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N° 42/2022

PREGÃO ELETRÔNICO N° 28/2022

OBJETO: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

(ver Termo de Referência).

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08/08/2022 às 08h00min

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h31min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/08/2022 às 10h30min

LOCAL: Município de Lavras do Sul nos seguintes endereços eletrônicos: www.pregaobanrisul.com.br para anexar proposta financeira e participar da sessão de lances. No site www.pregaoonlinebanrisul.br/editais/pesquisar para conhecer a íntegra do Edital e seus anexos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) DIAS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: ITEM 19 DO EDITAL

Fabiane Gonçalves Dias Munhoz

Portaria 054/2021

Pregoeira

e-mail: comliclavrasdosul@gmail.com



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000 - Lavras do Sul/RS
Fone: 55 3282 1267

PROCESSO Nº 42/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h31min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/08/2022 às 10h30min

Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, durante a vigência da Ata, que é de um ano da data de sua Publicação.

O PREFEITO DE LAVRAS DO SUL, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 28/2022**, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE – Processo nº 42/2022, nos termos da **Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e do Decreto Municipal nº4960 de 07 de Outubro de 2008** com aplicação subsidiária da **Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores**, objetivando o Registro de Preços dos bens relacionados no **Termo de Referência, ANEXO I**, deste Edital. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante, devendo ser observadas as seguintes disposições:

1. DO OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, durante a vigência da Ata, que é de um ano da data de sua publicação, conforme **Anexo I – Termo de Referência**, observadas as especificações ali estabelecidas, visando aquisições futuras pelo órgão relacionado no Termo de Abertura.

1.2. As quantidades constante no ANEXO I deste Edital, poderão **não ser** adquiridas pelo Município. Se adquiridas, serão fornecidas pela(s) licitante(s) vencedora(s), mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto neste Edital, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município.

2. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

2.1. A validade das propostas apresentadas será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sessão pública do Pregão, preservando-se o direito da Administração de chamar as empresas classificadas, a qualquer tempo para a assinatura da Ata/Contrato para fornecimento.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão indicados quando da emissão das Notas de Empenho.

4. DA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estiverem cadastradas e habilitadas junto à Seção de Cadastro da CELIC - Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, conforme estabelecido neste edital.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento dos Licitantes dar-se-á pelas atribuições de chave de identificação e de senha pessoal

e intransferível para acesso ao sistema, obtidos junto à Seção de Cadastro da Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul – CELIC, de acordo com a *Instrução Normativa n.º 002/2004* daquele órgão.

5.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema (CELIC) implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Lavras do Sul, à CELIC, à PROCERGS ou ao BANRISUL responsabilidade por eventuais danos causados por uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à Seção de Cadastro da CELIC e ao Departamento de Licitações e Contratos do Município, para imediato bloqueio de acesso.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 7 e 8 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública;

6.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

6.3. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

6.4. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº123, de 2006, como condição para aplicação do disposto no(s) item(s) 12, deste edital.

6.5. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

6.6. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras a sua proposta e lances.

6.7. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. PROPOSTA

7.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

7.2. PROPOSTA INICIAL (conforme modelo Anexo II): Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

7.3. PROPOSTA FINAL (conforme modelo Anexo III): Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

8. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o

procedimento disposto no item 6 deste Edital:

8.1.5. REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) CND Trabalhista (atendimento L.F.12.440/2012).

8.1.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Para fins de validade desta Certidão, será considerado o prazo de 30 (trinta dias) a contar da data de sua expedição.

8.1.7. QUANDO FOR O CASO: Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento).

8.2. Para as Empresas cadastradas neste Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu **Certificado de Registro de Fornecedor**, fornecido por esta Prefeitura ou por qualquer outro órgão da administração pública, rigorosamente em dia, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade, e acompanhado da seguinte documentação:

a) Prova de Regularidade junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**;

b) **Certidão Negativa Conjunta** de Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários;

c) **Certidão Negativa Municipal** do local da sede do licitante;

d) **DECLARAÇÃO** da proponente de que não pesa contra si declaração de **INIDONEIDADE** conforme modelo – Anexo II;

e) **Declaração** de que não emprega menor e cumpre o disposto no inciso **XXXIII do art. 7º** da Constituição Federal conforme modelo – Anexo III;

f) **Certidão Negativa de Débito Trabalhista, de acordo com a Lei 12.440 de 07 de julho de 2011.**

g) **Quando for o caso:** Produtos com registro na ANVISA e INMETRO, Alvará Sanitário, AFE (Autorização de Funcionamento).

8.3. A Empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos no **Art. 42 à 45 da Lei Complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006**, deverá apresentar **declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, além de todos os documentos previstos no item 8.1 deste Edital.**

8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e Regularidade Trabalhista de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que esta for declarada como vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Art. 43, §1º da Lei Complementar nº155/2016.

8.5. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte ou a Cooperativa da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.6. O prazo que trata o **item 8.4**, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.7. A não regularização da documentação, no prazo fixado no **item 8.4**, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

9.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e

senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

9.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet, através do sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br*.

10. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais, que não puderem ser sanados, esclarecidos ou convalidados de pronto ou impliquem na inclusão de documentos novos.
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

10.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

10.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

10.7. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

10.8. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% do Valor de Referência, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

10.11. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços unitários ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

10.12. Não serão aceitos preços totais com mais de dois dígitos após a vírgula, sendo a proposta desclassificada quanto ao respectivo item.

11. MODO DE DISPUTA

11.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 10.

11.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.

11.8. Os Licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem excluídos do certame pelo Pregoeiro.

11.9. O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.

11.10. O Pregoeiro anunciará o Licitante de melhor lance, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 6.4 deste Edital;

12.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

12.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 12.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.

12.4. O disposto no item 12.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº123/2006.

12.5. Se não houver licitante que atenda ao item 12.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

12.6. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

13. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for

o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

13.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 6.5 deste Edital.

13.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor de referência da Administração.

13.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

14. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 8.1, enviados nos termos do item 6.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

14.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 6.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

14.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

15. RECURSO

15.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

15.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

15.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.2. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

17. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

17.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 10 (dez) dias, para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

17.2. O prazo de que trata o item 17.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

17.3. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

18. PRAZO E FORMA PARA A ENTREGA:

18.1. A empresa a ser contratada se obriga a entregar os itens ora licitados, nas quantidades determinadas no pedido de acordo com as necessidades da secretaria, onde deverão ser conferidos pelo Fiscal da execução do contrato, e a entrega deverá ser feita até **15 dias consecutivos**, a contar do recebimento da cópia do empenho, nos seguintes endereços:

Secretaria Municipal de Obras e Transportes, cito a Rua Alexandre Silveira, n.º 120, Lavras do Sul/RS, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 8:30h as 12:30h.

18.2. Os itens, objetos deste, deverão ser entregues exatamente como descritos no Termo de Referência – Anexo I deste edital, ficando, desde já, estabelecido que só sejam aceitos após exame efetuado pela Secretaria responsável e por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

18.2.1. Os bens objeto desta Licitação deverão, além de estar perfeitamente adequados com as especificações deste Edital, atender a Legislação especificada no Código de Defesa do Consumidor, bem como deverão atender os parâmetros da ABNT e INMETRO, no que couber.

18.2.2. Quanto aos Itens 01, 02 e 03, apresentar Certificado de Conformidade do INMETRO para o modelo especificado conforme Portaria Nº 401/2020 em nome do Licitante, acompanhado do Certificado da Qualidade do processo produtivo ISO 9001:2015 ABNT/INMETRO e Relatório de ensaio sobre ABNT NBR 8095/2015 Material metálico revestido e não revestido – Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada no mínimo de 2.100 horas, que contenha união soldada em tubo de aço industrial emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro.

18.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, à custa da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

18.4. A servidora responsáveis pela fiscalização do contrato, sendo fiscal para este processo e contratos oriundos deste será: Débora Munhoz da Rosa

18.5. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração, após esse período, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores em seu Art. 78, bem como o presente edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DAS GARANTIAS E DAS OBRIGAÇÕES DA FUTURA CONTRATADA:

19.1. A forma de pagamento do Município é por Nota de Empenho, com depósito em conta, devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta, e em até 25 dias consecutivos, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo.

19.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues.

19.3. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na NOTA FISCAL/FATURA o valor correspondente aos referidos tributos.

19.4. Para o caso de faturas incorretas, a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à CONTRATANTE, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova NOTA FISCAL/FATURA.

19.5. Não serão considerados, para efeitos de correção, atrasos e outros fatos de responsabilidade da CONTRATANTE que importem no prolongamento dos prazos previstos neste edital e oferecidos nas propostas.

19.6. A futura CONTRATADA se obriga a garantir a assistência técnica ofertada pelo fabricante do bem durante todo o prazo contratado, proporcionando as revisões periódicas.

19.7. A futura CONTRATADA, se obriga a prestar garantias contra todo e qualquer defeito nos itens/peças do objeto deste contrato, pelo prazo de 01 (Um) ano a contar da entrega do objeto.

19.8. É de responsabilidade da futura CONTRATADA os custos de transporte (ida e volta) do bem adquirido em caso de necessidade de acionamento do serviço.

19.9. A troca de itens que apresentarem vícios ou defeitos deverá ser prestada em até 24h da comunicação de problemas geradores das obrigações-objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.

19.10. A futura CONTRATADA se obriga a garantir que os itens cotados, encontram-se dentro dos padrões usuais para comercialização;

19.11. Manter durante toda a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação, estipulados no Processo Licitatório original do contrato, em compatibilidade com obrigações por ela assumidas.

19.12. Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

19.13. Responder por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

19.14. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução do contrato, pagando os emolumentos prescritos em lei.

19.15. Não transferir, subcontratar, ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação deste processo.

19.16. Outras obrigações constantes no Termo de Referência e na Minuta do Contrato.

19.17. A CONTRATADA NÃO SERÁ RESPONSÁVEL:

a) Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior.

20. REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

20.1. Não haverá reajuste de preços durante a vigência do Registro de Preços de que trata o presente Edital.

20.2. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou bens tabelados por órgãos oficiais competentes ou nos casos de incidência de novos impostos ou taxas ou de alteração das alíquotas dos já existentes, os preços poderão ser atualizados de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art.65, II "D", da Lei 8.666/93 e alterações em vigor.

20.2.1. Na hipótese prevista acima, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e o preço da tabela da época.

20.3. O beneficiário do contrato poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, através de solicitação formal ao Município, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos, que serão analisados e julgados pelo Município.

20.4. Independentemente da solicitação de que trata o item 20.3, a Administração poderá, na vigência do contrato, solicitar a redução dos preços, garantida a prévia defesa do contratado, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a

partir da sua publicação na imprensa oficial do Município.

20.5. O preço alterado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

21. PENALIDADES

21.1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

21.1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo de entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

21.1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

21.1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

21.1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

21.2. Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

21.3. Multa, da seguinte forma:

21.3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no item 21.1.2.;

21.3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no item 21.1.1.;

21.4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

21.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

21.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no subitem 21.3.2 acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no subitem 21.3.1 acima: por 2 (dois) anos.

21.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

21.8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

22. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

22.1. Decairá do direito de impugnação e esclarecimentos nos termos do Edital de Pregão aquele que não se manifestar em até 03 (três) dias úteis anteriores a data prevista para a abertura da sessão do Pregão, apontado as falhas e irregularidades que o viciaram.

22.2. Dos demais atos relacionados com o Pregão, ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, expondo a síntese de suas razões, em formulário eletrônico específico, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

22.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto ao vencedor.

22.4. Não serão aceitos como recursos as alegações que não se relacionem às razões indicadas pelo Licitante recorrente na sessão pública.

22.5. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo, e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.6. A apresentação de impugnação ou recurso, após o prazo estipulado no subitem anterior, receberá tratamento de mera informação.

22.7. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser encaminhadas, por escrito, ao Pregoeiro, ao endereço mencionado no preâmbulo deste Edital. Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto ao Setor de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de Lavras do Sul-RS, neste mesmo endereço.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. As dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do Edital deverão ser dirigidas por escrito ao Pregoeiro, através do e-mail comliclavrasdosul@gmail.com com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para a abertura da sessão pública.

23.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas encontrar-se-ão à disposição dos interessados no site: www.pregaoonlinebanrisul.com.br e/ou no site: www.lavrasdosul.rs.gov.br.

23.3. Nenhuma indenização será devida ao Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta Licitação.

23.4. Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

23.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento do Licitante, desde que, seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

23.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os Licitantes, desde que, não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos Licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

23.8. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

23.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

23.10. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Municipal e/ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

23.11. Os órgãos e/ou entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

23.12. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas.

23.13. A não utilização do registro de preços será admitida no interesse da Administração e nos casos em que as aquisições se revelarem antieconômicas ou naquelas em que se verificarem irregularidades que possam levar ao cancelamento do registro de preços.

23.14. A ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

23.15. Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor, visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores, visando a igual oportunidade de negociação.

23.16. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.17. Aplicam-se aos contratos decorrentes do registro de preços o disposto no Capítulo III e aos participantes do procedimento do registro de preços ou contratados o disposto no Capítulo IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no que couber.

23.18. A participação nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

23.19. O Município de LAVRAS DO SUL adjudicará o objeto desta Licitação a um ou mais Proponentes, reservando-se, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, direito a qualquer reivindicação ou indenização.

23.20. A apresentação da proposta será a evidência de que o Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve da PMLS todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.

23.21. Serão aceitos, além da assinatura de próprio punho com envio pelos Correios, a assinatura digital e a assinatura eletrônica nas Atas de Registro de Preços, Contratos e demais documentos que vierem a ser firmados com a Administração.

24. ANEXOS:

Constituem anexos deste Edital:

a) Termo de referência (Anexo I).

b) Modelo Proposta Inicial (Anexo II).

c) Modelo Proposta Final (Anexo III).

d) Modelo de Declaração de que não emprega menor (Anexo IV).

e) Modelo de Declaração de que não pesa contra si declaração de INIDONEIDADE (Anexo V).

f) Minuta Ata de Registro de Preços (Anexo VI).

g) Minuta de Contrato (Anexo VII).

25. FORO:

25.1. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o foro da Comarca de Lavras do Sul, para dirimir quaisquer litígios oriundos da Licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Lavras do Sul, 09 de junho de 2022.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Lavras do Sul
CNPJ 88.201.298/0001-49
Rua Cel. Meza, 373 – centro, Cx. Postal 05.
CEP 97390-000
Lavras do Sul/RS
Fone: 55 3282 1267

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO N° 42/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N° 28/2022

LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h30min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/08/2022 às 08h31min

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 25/08/2022 às 10h30min

Local: Município de LAVRAS DO SUL, pelo endereço eletrônico:
<http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br>

1. Objeto: Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

O presente termo tem por OBJETO quantificar, especificar e definir algumas condições para

2. Especificações e quantidades: de acordo com pesquisa de mercado, junto a Fornecedores e no LicitaCon, apurou-se os valores a seguir:

Item	Descrição do Produto	Quant./ Unid.	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
01	PLACA DE PARADA OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-1 , formato octogonal, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorefletivas tipo I - prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo vermelho, orla interna Branca, orla externa Vermelha e Letras Brancas, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Lado: 0,35 metros Orla Interna Branca: 0,028 metros Orla externa Vermelha Branca: 0,014 metros	50 Unidades	282,50	14.125,00
02	PLACA DE A PREFERÊNCIA – CÓDIGO R-2 , formato triangular, em chapa de aço galvanizado, com películas	50 Unidades	286,25	14.312,50

	retrorefletivas tipo I - Prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, e Orla (Tarja) Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Lado: 0,90 metros Tarja: 0,15 metros			
03	PLACA SENTIDO PROIBIDO – CÓDIGO R-3 , formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Diâmetro: 0,50 metros Orla: 0,050 metros Tarja: 0,050 metros	50 Unidades	106,25	5.312,50
04	PLACA PROIBIDO VIRAR À ESQUERDA – CÓDIGO R-4a , formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Diâmetro: 0,50 metros Orla: 0,050 metros Tarja: 0,050 metros	50 Unidades	120,00	6.000,00
05	PLACA PROIBIDO VIRAR À DIREITA – CÓDIGO R-4b , formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito,	50 Unidades	120,13	6.006,50

	<p>com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
06	<p>PLACA PROIBIDO ESTACIONAR – CÓDIGO R-6a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>	25 Unidades	120,13	3.003,25
07	<p>PLACA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DA VIA OU PISTA – CÓDIGO R-24a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>	25 Unidades	120,13	3.003,25
08	<p>PLACA PASSAGEM OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-24b, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>	25 Unidades	116,66	2.916,50
09	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 30KM/H – CÓDIGO R-19,</p>	25 Unidades	116,94	2.923,50

	<p>formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
10	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 40KM/H – CÓDIGO R-19, em formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>	25 Unidades	120,11	3.002,75
11	<p>HASTE DE METAL para suporte de placas de sinalização viária, produzidas em aço galvanizado, com 2 polegadas de diâmetro e 3 metros de comprimento, com aletas de fixação no solo, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 2 polegadas</p> <p>Altura: 3,00 metros</p>	250 Unidades	268,23	67.057,50
			TOTAL	R\$ 127.663,25

2.1. Todas as placas devem ser furadas e estar de acordo com as determinações do Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do CONTRAN.

3. Justificativa: A Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, desde a sua implementação, traz claras as responsabilidades atribuídas ao poder público no seu papel quanto ao Trânsito. Em seu Artigo 1º, §2º, traz que “(...) *O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito*”(…), complementado pelo §3º, deliberando atribuições, onde diz que “(...) *Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que*

garantam o exercício do direito do trânsito seguro (...)”. Tais determinações são ainda mais explícitas no Artigo 24, III, da referida Lei, o qual elenca as competências dos órgãos executivos de trânsito dos municípios, dentro do âmbito de sua circunscrição, dispondo que cabe a este *implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário*; em conjunto com o que dispõe o Artigo 90, § 1º da mesma Lei.

O Departamento Municipal de Trânsito, DEMUT, é o órgão Municipal componente do Sistema Nacional de Trânsito, tendo responsabilidade quanto as atribuições inerentes, no âmbito municipal, das ações relacionadas ao tema e ao cumprimento das normas legais, especialmente no que dispõe o Artigo 90 do CTB, de forma a atender aquilo que é colocado como responsabilidade do Poder Público relacionado a implementação e manutenção do sistema de sinalização viária.

Dessa forma, as ações de manutenção dos dispositivos de sinalização devem ser constantes, uma vez que vários fatores incidem sobre as condições da sinalização, principalmente o desgaste natural dos materiais, avarias e danos, muitos vezes decorrentes de intempéries climáticas e, infelizmente, também o vandalismo, em algumas circunstâncias.

Ainda cabe salientar o contexto da vocação da nossa cidade para atividades como o Turismo, o Agronegócio, a iminente atividade da Mineração, entre outras, estas quais – por si só – geram um acréscimo no fluxo de veículos e pessoas de outras cidades, justificando a aquisição e a necessidade de uma sinalização viária bem estabelecida, clara e organizada, ainda além da simples responsabilidade legal do ente público.

Assim, é de suma importância a aquisição destes dispositivos, para, dentro das nossas diretrizes, dos propósitos desta Administração, das responsabilidades do ente público, das atribuições e competências deste Departamento e demais legislações vigentes relacionadas ao tema, priorizar ações voltadas a tornar o nosso trânsito mais seguro, fluente e melhor adaptado às necessidades locais.

Considerando o disposto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Art. 80, §1º), que exige sinais com perfeita visibilidade e legibilidade durante o dia e à noite, todos os sinais devem ser confeccionados com material refletivo.

4. Prazo de Entrega: Os produtos ora licitados serão entregues conforme pedido por escrito, em papel timbrado desta Prefeitura, **em até 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento da cópia do empenho, das 08h30 às 12h30, de segundas à sextas-feiras, nos dias úteis.** A empresa que restar classificada nos lotes pretendidos pela administração municipal, desde já se compromete a entregar na forma pretendida pela Administração Municipal, podendo a mesma solicitar entrega parcelada ou total, como melhor lhe aprouver, sendo que a Nota Fiscal Eletrônica deverá ser emitida pela empresa sempre que houver fornecimento.

4.1. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, à custa da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

5. Local de entrega:

Secretaria Municipal de Obras e Transportes

Rua Alexandre Silveira, n.º 120, Lavras do Sul/RS

De segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 8:30h as 12:30h.

6. Pagamento: O pagamento ocorrerá em **até 25 (cinco) dias consecutivos**, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo.

6.1. A forma de pagamento do Município de Lavras do Sul é por empenho, com depósito em conta devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta.

6.2. Somente serão pagos os valores correspondentes aos produtos efetivamente entregues e atestados pelo Fiscal do Contrato.

7. Fiscal do Processo e Futuros contratos: Aginaldo Barbosa Saraiva, matrícula nº 2327

8. Das penalidades: de acordo com o **item 15** e seus subitens, do Edital.

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA INICIAL

À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL
Ref.: PROCESSO 42/2022
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 28/2022

Item	Descrição do Produto	Quant./ Unid.	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
01	<p>PLACA DE PARADA OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-1, formato octogonal, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas tipo I - prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo vermelho, orla interna Branca, orla externa Vermelha e Letras Brancas, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Lado: 0,35 metros</p> <p>Orla Interna Branca: 0,028 metros</p> <p>Orla externa Vermelha Branca: 0,014 metros</p>			
02	<p>PLACA DÊ A PREFERÊNCIA – CÓDIGO R-2, formato triangular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas tipo I - Prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, e Orla (Tarja) Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Lado: 0,90 metros</p> <p>Tarja: 0,15 metros</p>			
03	<p>PLACA SENTIDO PROIBIDO – CÓDIGO R-3, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito,</p>			

	<p>com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
04	<p>PLACA PROIBIDO VIRAR À ESQUERDA – CÓDIGO R-4a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
05	<p>PLACA PROIBIDO VIRAR À DIREITA – CÓDIGO R-4b, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
06	<p>PLACA PROIBIDO ESTACIONAR – CÓDIGO R-6a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			

07	<p>PLACA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DA VIA OU PISTA – CÓDIGO R-24a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
08	<p>PLACA PASSAGEM OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-24b, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
09	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 30KM/H – CÓDIGO R-19, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
10	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 40KM/H – CÓDIGO R-19, em formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão</p>			

	Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Diâmetro: 0,50 metros Orla: 0,050 metros			
11	HASTE DE METAL para suporte de placas de sinalização viária, produzidas em aço galvanizado, com 2 polegadas de diâmetro e 3 metros de comprimento, com aletas de fixação no solo, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Diâmetro: 2 polegadas Altura: 3,00 metros			
			TOTAL	

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Data: ___/___/2022.

ANEXO III
MODELO PROPOSTA FINAL (proposta vencedora ajustada)

PROPOSTA COMERCIAL (em papel timbrado da proponente)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL

Ref.: PROCESSO 42/2022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 28/2022

Dados da Empresa:

Razão Social _____

Endereço: _____ Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Dados bancários:

Banco: _____ Cidade: _____ Agência: _____ Conta: _____

Nome do Representante Legal: _____ Cargo: _____

Identidade: _____ CPF: _____

A empresa _____, estabelecida na cidade de _____, inscrita no CNPJ nº _____, apresenta a proposta para fornecimento do objeto do Pregão Eletrônico nº 28/2022, conforme abaixo:

Item	Descrição do Produto	Quant./Unid.	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Total Estimado R\$
01	PLACA DE PARADA OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-1 , formato octogonal, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas tipo I - prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo vermelho, orla interna Branca, orla externa Vermelha e Letras Brancas, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Lado: 0,35 metros Orla Interna Branca: 0,028 metros Orla externa Vermelha Branca: 0,014 metros			
02	PLACA DE A PREFERÊNCIA – CÓDIGO R-2 , formato triangular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas tipo I - Prismática, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, e Orla (Tarja) Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14 e Branco N 9,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas: Lado: 0,90 metros Tarja: 0,15 metros			
03	PLACA SENTIDO PROIBIDO – CÓDIGO R-3 , formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de			

	<p>Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
04	<p>PLACA PROIBIDO VIRAR À ESQUERDA – CÓDIGO R-4a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
05	<p>PLACA PROIBIDO VIRAR À DIREITA – CÓDIGO R-4b, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
06	<p>PLACA PROIBIDO ESTACIONAR – CÓDIGO R-6a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto, Orla Vermelha e Tarja Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p> <p>Tarja: 0,050 metros</p>			
07	<p>PLACA SENTIDO DE CIRCULAÇÃO DA VIA OU PISTA – CÓDIGO R-24a, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell</p>			

	<p>Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
08	<p>PLACA PASSAGEM OBRIGATÓRIA – CÓDIGO R-24b, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto símbolo Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, Símbolo Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
09	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 30KM/H – CÓDIGO R-19, formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
10	<p>PLACA VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA 40KM/H – CÓDIGO R-19, em formato circular, em chapa de aço galvanizado, com películas retrorrefletivas Tipo I - Prismática, exceto números e Letras em Preto, conforme NBR 14644:2013 e verniz de proteção (conforme Normas ABNT), com fundo Branco, letras e números Preto e Orla Vermelha, com cores no Padrão Munsell Vermelho 7,5 R 4/14, Branco N 9,5 e Preto N 0,5, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 0,50 metros</p> <p>Orla: 0,050 metros</p>			
11	<p>HASTE DE METAL para suporte de placas de sinalização viária, produzidas em aço galvanizado, com 2 polegadas de diâmetro e 3 metros de comprimento, com aletas de fixação no solo, conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, com as seguintes medidas:</p> <p>Diâmetro: 2 polegadas</p> <p>Altura: 3,00 metros</p>			

			TOTAL	
--	--	--	--------------	--

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: Deverão ser entregues no prazo **máximo de 15 (quinze) dias consecutivos**, contados a partir do aceite do pedido de entrega, feito através da apresentação da cópia do respectivo Empenho, e serão recebidos e conferidos pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, dentro dos dias e horários e no endereço abaixo especificado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES

Horário para entrega: Das 8h30 às 12h30, de segunda a sexta-feira.

Rua Alexandre Silveira, nº 120.

Bairro Hospital.

CEP 97390-000

Lavras do Sul – RS

PAGAMENTO: A forma de pagamento do Município é por Nota de Empenho, com depósito em conta, **devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta**, e em **até 25 dias consecutivos** após os recursos serem creditados na conta da Prefeitura Municipal de Lavras do Sul e, apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo.

CONDIÇÕES GERAIS:

- a) Declara que atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 10.520, e suas alterações posteriores e demais normas complementares e disposições deste instrumento, que disciplinam o certame.
- b) No preço cotado já estão incluídos eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
- c) Declara, outrossim, que os produtos ofertados estão de acordo com as especificações técnicas, inclusive quanto à garantia dos mesmos.

Cidade e data: _____

Nome e assinatura do Responsável Legal.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

**PROCESSO n° 42/2022
PREGÃO ELETRONICO N.º 28/2022.**

A empresa _____ , através de seu representante legal, Sr.(a) _____ , CPF _____.____.____-____ , Sócio-Gerente, **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, PROCESSO N° 42/2022, na modalidade **PREGÃO ELETRONICO N° 28/2022**, que não possui em seus quadros pessoa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega pessoas menores de dezesseis anos.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ de 2022.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO V
DECLARAÇÃO

Processo nº 42/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 28/2022.

A empresa _____, através de seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF _____.____.____-____, Sócio-Gerente **DECLARA**, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da Licitação instaurada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS DO SUL, **PROCESSO nº 42/2022**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2022**, que não foi declarada **INIDÔNEA** para licitar com o PODER PÚBLICO, em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Lavras do Sul, ____ de _____ de 2022.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL ACIMA QUALIFICADO E CARIMBO DA EMPRESA

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação)

ANEXO VI

MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO n.º 42/2022

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 28/2022

Aos ____ dias do mês de _____ de 2022, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **Sávio Johnston Prestes, brasileiro, portador da identidade n.º 5014663991, CPF n.º 302.378.310-15**, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro a empresa _____, representada pelo _____, com sede na _____, CNPJ _____, simplesmente denominada FORNECEDOR, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, referente ao **Pregão Eletrônico n.º 28/2022** para, homologado dia ____/____/2022, às fls. _____, em Conformidade com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e nos termos da Lei 8.666/93, com suas alterações e Decreto Municipal n.º 4.686/2007 consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. O objeto da presente Ata é o **Sistema de Registro de Preços para possíveis aquisições de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.**, conforme descrição (vide Termo de Referência – Anexo I), constantes do **Processo n.º 42/2022, Pregão Eletrônico n.º 28/2022**.

CLÁUSULA II - DO PREÇO

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.
2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administrativos, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

CLÁUSULA III - DO REAJUSTE DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

1. Os contratos oriundos do Registro de Preços poderão ter seus preços reajustados pelo IPCA ou pelo índice que lhe vier a substituir após 12 (doze) meses a contar da data de apresentação da proposta.
2. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.
3. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Autoridade Competente desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
4. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
5. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido a obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
6. O procedimento para eventuais solicitações de alteração de preços é o que segue: Processo protocolado no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de LAVRAS DO SUL e encaminhamento a Autoridade Competente com todos os documentos de que trata o item 3 acima.
7. Independentemente do disposto no item 3, a Autoridade Competente poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial de LAVRAS DO SUL.

CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no

prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte ao recebimento da convocação expedida pela Secretaria Competente, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de LAVRAS DO SUL.

2. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados a partir da publicação da presente ata.

3. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será solicitado pela Secretaria requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar **até 15 dias consecutivos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. O pagamento de cada compra será efetuado em até 25 (vinte e cinco) dias consecutivos após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura, visada pelo fiscal do processo/contrato, nesse caso, a servidora: **Aguinaldo Barbosa Saraiva**

2. No caso de atraso no pagamento, o valor poderá ser corrigido e o índice de atualização financeira será o IPCA mensal incidente "pro rata die" desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento. No caso de extinção do IPCA será utilizado outro índice que o Governo Federal determinar para substituí-lo.

3. A contratada suportará o ônus decorrente do atraso, caso as Notas Fiscais/Faturas contenham vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento.

CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados **não obriga o MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o Decreto Municipal nº 4.686/2007.

2. As obrigações decorrentes do fornecimento de bens constantes do registro de preços a serem firmadas entre o MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL e o FORNECEDOR serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

3. O MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL poderá dispensar o termo de contrato e optar por substituí-lo por Notas de Empenhos, ou outros instrumentos equivalentes, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, nos termos do § 4º, do artigo 62, da Lei 8.666/93.

4. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

5. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o MUNICÍPIO poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo MUNICÍPIO, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

6. Os pedidos de fornecimento deverão ser formalizados pela Secretaria do Município.

7. As regras estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços serão o regramento das obrigações contratuais decorrentes da Nota de Empenho (Contrato).

8. As licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o contratado constante na Nota de Empenho, independentemente do valor, sujeito à penalização.

CLÁUSULA VII - DA ENTREGA E DO TERMO DE RECEBIMENTO

1. A empresa a ser contratada se obriga a entregar os itens ora licitados, nas quantidades determinadas no pedido de acordo com a necessidade da secretaria, onde deverão ser conferidos pelo Fiscal da execução do contrato, e a entrega deverá ser feita em **até 15 dias consecutivos**, impreterivelmente, do recebimento da cópia do empenho com pedido de entrega dos mesmos, no seguinte endereço:

Secretaria Municipal de Obras e Transportes, cito a **Rua Alexandre Silveira, n.º 120,**
Lavras do Sul/RS, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das 8:30h as 12:30h.

2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido por servidor designado da pela Secretaria Competente.

3. O prazo para a emissão do TERMO E RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, em caso de não manifestação considerar-se-á aceito totalmente pelo Município.

4. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, consoante subitem anterior, o FORNECEDOR deverá providenciar, no prazo máximo de até 07 (sete) dias, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

5. O FORNECEDOR deverá entregar os bens em **até 15 (quinze) dias consecutivos**, a contar do recebimento da Nota de Empenho, solicitado pela secretaria competente, conforme sua necessidade, nos locais determinados no instrumento contratual.

6. Os bens ora licitados deverão, além de estar perfeitamente adequados com as especificações,

atender a Legislação especificada no Código de Defesa do Consumidor, bem como deverão atender os parâmetros da ABNT e INMETRO, no que couber.

6.1. Todas as placas devem ser furadas e estar de acordo com as determinações do Código de Trânsito Brasileiro e resoluções do CONTRAN.

7. A FUTURA CONTRATADA obriga-se a prestar as garantias contra todo e qualquer defeito nos itens/peças do objeto deste edital, pelos prazos definidos conforme Termo de Referência (anexo I).

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

1.2. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

2. **Advertência por escrito:** sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se enquadrarem nos dispositivos seguintes:

3. **Multa**, da seguinte forma:

3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 1.2.**;

3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 1.1.**;

4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.1. nos casos definidos no **subitem 3.2** acima: por 1 (um) ano.

6.2. nos casos definidos no **subitem 3.1** acima: por 2 (dois) anos.

7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no Art. 78 da Lei 8.666/93.

2. Caso o MUNICÍPIO não se utilize prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo das incidências das sanções previstas no Edital, no Decreto Municipal N.º 4.686/2007 na Lei 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

3. A rescisão poderá ser unilateral, amigável (resilição) ou judicial, nos termos e condições previstas no Art. 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do FORNECEDOR poderá ser cancelado, garantida prévia defesa, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I- Pelo MUNICÍPIO, quando:

- a) o FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no Edital ou Ata de Registro de Preços;
- b) o FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar a Ata de Registro de Preços e/ou o contrato decorrente do registro de preços;
- c) o FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa, de contrato decorrente do Registro de Preços, por um dos motivos elencados no Art. 78 e seus incisos da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883, de 06 de julho de 1994;
- d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- e) por razões de interesse público, devidamente fundamentado, na forma do inciso XII, do Art. 78 da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

II - Pelo FORNECEDOR, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços.

2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no inciso I do item 1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

4. No caso do FORNECEDOR encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial do Município, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

5. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do Registro de Preço, não o desobriga do fornecimento dos produtos, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de trinta dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão serem realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE PRODUTOS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços os recursos orçamentários da Secretaria, indicadas na requisição de despesa, quando da efetiva compra.

2. As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Exmo. Sr. Prefeito ou a quem delegar competência.

CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de LAVRAS DO SUL - RS para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 28/2022**, para Registro de Preços e a proposta das empresas conforme resultado por CNPJ, emitido pelo Sistema Bannisul de Pregões, anexo desta Ata, classificadas em 1º lugar, nos **ITENS** da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, pelo Decreto Municipal n.º 4.686/2007 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

3. Serão aceitos, além da assinatura de próprio punho com envio pelos Correios, a assinatura digital e a assinatura eletrônica nas Atas de Registro de Preços, Contratos e demais documentos que vierem a ser firmados com a Administração.

Lavras do Sul, ___ de _____ de 2022.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito

Empresa Detentora do Preço Registrado
(Futura contratada)

ANEXO VI I

MINUTA DE CONTRATO n.º ____/2022

Aquisição de Placas de Sinalização Viária, de forma a atender as necessidades do Município de Lavras do Sul, de acordo com as especificações e normas pertinentes ao Objeto, especialmente a Lei Federal n.º 9.503, de 23 de Setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

O Município de Lavras do Sul pessoa jurídica, com sede na Rua Coronel Meza, 373, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ n.º 88.201.298.0001-49 neste instrumento designada **CONTRATANTE**, representada pelo Senhor Prefeito Sávio Johnston Prestes, brasileiro, portador da identidade n.º 5014663991, CPF n.º 302.378.310-15 e a empresa _____, com sede em _____, inscrita no CNPJ n.º _____, neste ato representada por seu Sócio-Gerente, _____, CPF n.º _____, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente Contrato para Aquisição de **Placas de Sinalização Viária**, conforme especificações constantes do **Anexo I**, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, do Edital de **Pregão Eletrônico n.º 28/2022**, e do **Processo n.º 42/2022, homologado em ____/____/2022, às fls. ____**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O objeto do presente contrato é a **Aquisição de Placas de Sinalização Viária**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I do Pregão Eletrônico n.º 28/2022** e do **Processo 42/2022** mediante autorização da **CONTRATANTE** nas seguintes características:

(VIDE TERMO DE REFERÊNCIA): (listar lotes vencidos pela empresa)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, PAGAMENTO E DAS GARANTIAS:

2.1. A **CONTRATADA** receberá o valor de R\$_____ (_____), pelos itens descritos acima, podendo, este valor, ser revisado, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificado e comprovado.

2.2. A forma de pagamento do Município é por Nota de Empenho, com depósito em conta, **devidamente identificada pelo fornecedor em sua proposta**, e em até 25 dias consecutivos, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, visada e datada pelo Fiscal do Processo, neste caso o servidor **Aguinaldo Barbosa Saraiva**.

2.3. Somente serão pagos os valores correspondentes aos bens efetivamente entregues.

2.4. O Município poderá proceder à retenção do INSS, ISS e IRRF, quando for o caso, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, a licitante vencedora discriminar na **NOTA FISCAL/FATURA** o valor correspondente aos referidos tributos.

2.5. Para o caso de faturas incorretas, a **CONTRATADA** terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para devolução à **CONTRATANTE**, passando a contar novo prazo, após a entrega da nova **NOTA FISCAL/FATURA**.

2.6. A **CONTRATADA** **obriga-se a prestar garantias contra todo e qualquer defeito em todos os itens do objeto deste contrato, pelo prazo de (06) seis meses a contar da entrega do objeto.**

2.7. A troca de itens que apresentarem vícios ou defeitos deverá ser prestada em até 24 (Vinte e quatro) horas da comunicação de problemas geradores das obrigações-objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.

2.8. A **CONTRATADA** se obriga a garantir que os itens cotados no referido **Processo 42/2022**, encontrem-se dentro dos padrões usuais para comercialização;

2.9. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias existentes nas rubricas indicadas nas notas de empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA E DA GARANTIA:

3.1. Os itens ora licitados, **NOVOS** (primeiro uso, não remanufaturados), deverão ser entregues no prazo máximo de **15 dias consecutivos**, contados a partir do aceite do pedido de entrega, feito através da apresentação da cópia do respectivo Empenho, e serão recebidos e conferidos pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, neste caso o senhor **Aguinaldo Barbosa Saraiva**, dentro dos dias e horários e no endereço abaixo especificado, exatamente como descrito no edital e seus anexos.

3.1.1. Local de entrega:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES
Horário para entrega: Das 8h30 às 12h30, de segunda a sexta-feira.
Rua Alexandre Silveira, nº 120.
Bairro Hospital.
CEP 97390-000
Lavras do Sul – RS

3.2. Os itens, objetos deste, deverão ser entregues exatamente como descritos no edital e seus anexos, ficando, desde já, estabelecido que só sejam aceitos após exame efetuado por servidor habilitado, indicado para tal fim e, caso não satisfaçam as expectativas exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos.

3.3. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações solicitadas, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, à custa da contratada, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste ato convocatório.

3.4. O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que justificado e aceito pela Administração, após esse período, fica a CONTRATADA sujeita às penalidades cabíveis, conforme disciplina a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores em seu Art. 78, bem como o edital, no que diz respeito às SANÇÕES.

3.5. A CONTRATADA obriga-se a prestar garantias contra todo e qualquer defeito nos itens/peças do objeto deste contrato, pelo prazo de 06 meses a contar da entrega do objeto.

3.6 A CONTRATADA ficará obrigada a prestar serviços de troca de itens/peças que apresentarem vícios ou defeitos, devendo fazê-la em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação de problemas geradores das obrigações-objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.

3.7. A CONTRATADA obriga-se a garantir que os itens cotados no referido **Processo 42/2022**, encontrem-se dentro dos padrões usuais para comercialização.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

4.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) Viabilizar, por todos os meios ao seu alcance, para que a CONTRATADA possa executar as obrigações decorrentes deste contrato, que lhe são afetas;

b) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução das cláusulas do presente contrato, para que a mesma possa saná-la.

4.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o fornecimento, dos itens adquiridos pelo **Processo 42/2022** conforme estipulado neste instrumento e no **Edital do Processo 42/2022**;

b) Prestar a execução do contrato na forma ajustada;

c) Não transferir, subcontratar, ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação deste processo.

d) Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

e) Manter durante toda a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e qualificação, estipulados no Processo Licitatório original do contrato, em compatibilidade com obrigações por ela assumidas.

f) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

g) Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução do contrato, pagando os emolumentos prescritos em lei.

h) Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato;

i) Responsabilizar-se por seus empregados em decorrência dos serviços prestados, inclusive pela imediata indenização de danos por eles eventualmente causados;

j) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da execução das cláusulas deste contrato;

k) Reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens-objeto do presente contrato

entregues, nos quais se verifiquem vícios, defeitos ou que não se enquadrem nos parâmetros de qualidade exigidos na Licitação da qual derivou-se este contrato;

l) Garantir a assistência técnica ofertada pelo fabricante do bem durante todo o prazo contratado, proporcionando as revisões periódicas;

m) A CONTRATADA se obriga a prestar garantias contra todo e qualquer defeito nos itens/peças do objeto deste contrato, pelo prazo um ano a contar da entrega do objeto.

n) A troca de gêneros que apresentarem vícios ou defeitos deverá ser prestada em até 24h. da comunicação de problemas geradores das obrigações-objeto deste contrato à empresa, devendo, estes serviços serem prestados onde estipular a Administração Municipal.

o) A CONTRATADA não será responsável por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior.

p) É de responsabilidade da CONTRATADA os custos de transporte (ida e volta) do bem adquirido em caso de necessidade de acionamento do serviço.

q) Outras obrigações constantes do Termo de Referência e do Edital do Processo nº 42/2022.

r) Entregar o veículo já mencionado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do aceite do pedido

s) Garantir contra todo e qualquer defeito nos itens/peças do objeto deste contrato, pelo prazo de um ano a contar da entrega do objeto.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. O presente contrato terá **vigência** da data em que firmado, até o **prazo de 01 (um) ano**, contados da data da entrega do objeto, para fins de prestação de garantia.

CLÁUSULA SEXTA - RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO:

A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de cinco (05) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA OITAVA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

A CONTRATADA não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, sem o expresso consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão deste contrato.

CLÁUSULA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS:

A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS OMISSOS:

Os casos omissos, oriundos do presente contrato, serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e dos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

12.1. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), a Administração poderá aplicar, às detentoras da Ata, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas as seguintes penalidades, as quais poderão ser aplicadas na forma do Art. 86 e seguintes da Lei 8666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, a critério da Administração, garantindo ampla defesa:

12.1.1. Por atraso superior a 10 (dez) dias do prazo entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de meio (1/2%) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o décimo primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a (30) trinta dias;

12.1.2. Transcorridos 90 (noventa) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

12.1.3. A penalidade pecuniária prevista nesta cláusula será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

12.1.4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

12.2. Advertência por escrito: sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim consideradas as que não se

enquadrarem nos dispositivos seguintes:

12.3. Multa, da seguinte forma:

12.3.1. A recusa do fornecedor em entregar o material adjudicado configura inexecução Total, sujeitando o fornecedor a penalidade prevista no **item 12.1.2.**;

12.3.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a entrega configura inexecução parcial, sujeitando a fornecedora à penalidade prevista no **item 12.1.1.**;

12.4. Nos termos do Artigo 7º da Lei 10.520/2002, o Licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

12.5. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o Artigo 87 “caput” da Lei 8.666/93.

12.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao prestador em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

a) nos casos definidos no **subitem 12.3.2** acima: por 1 (um) ano.

b) nos casos definidos no **subitem 12.3.1** acima: por 2 (dois) anos.

12.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12.8. A multa dobrará em cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor total a ser pago, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos de qualquer valor que venham a ser causados ao erário público, e/ou rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO:

É competente o Foro da comarca de Lavras do Sul para dirimir qualquer controvérsia que se originar este contrato.

E, por estarem assim certas e ajustadas, as partes assinam este instrumento, em três vias de igual teor e forma, após lidas e achadas conforme.

Serão aceitos, além da assinatura de próprio punho com envio pelos Correios, a assinatura digital e a assinatura eletrônica nos Contratos e demais documentos que vierem a ser firmados com a Administração.

Gabinete do Prefeito de Lavras do Sul, ___ de _____ de 2022.

Sávio Johnston Prestes
Prefeito Municipal

CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____

2) _____